

Dr. W. J. LE
KANTOOR

SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DE LISBOA

QUESTÕES AFRICANAS

Fornecimento d'armas

AOS

MATABELLES,

ZAMBEZIA BRITANICA E O TERRITORIO DOS SWASIS

Communicação á Sociedade de Geographia de Lisboa

NA

SESSÃO DE 11 DE NOVEMBRO DE 1889

POR

J. MACHADO

Tenente-coronel de Engenharia — Socio da Sociedade de Geographia de Lisboa



LISBOA

Typ. do Commercio de Portugal

Rua Ivens, 41

1889

⑤ 29698

DR. W. J. LEYDS

SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DE LISBOA ANTIOOR.

QUESTÕES AFRICANAS

Fornecimento d'armas

AOS

MATABELLES,

ZAMBEZIA BRITANICA E O TERRITORIO DOS SWASIS

Communicação á Sociedade de Geographia de Lisboa

NA

SESSÃO DE 11 DE NOVEMBRO DE 1889

POR

J. MACHADO

Tenente-coronel de Engenharia — Socio da Sociedade de Geographia de Lisboa



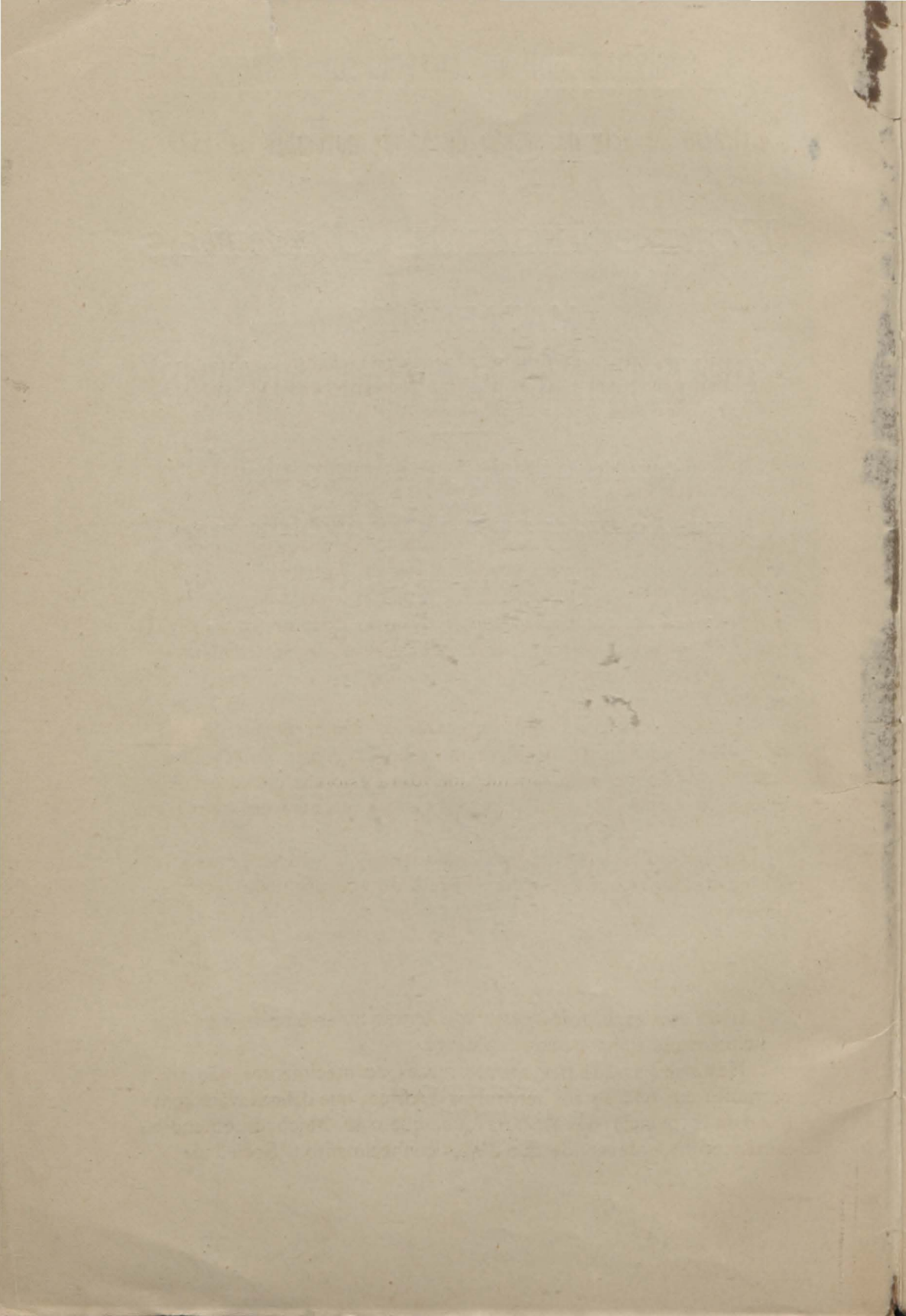
LISBOA

Typ. do Commercio de Portugal

Rua Ivens, 41

1889

C



Extracto da acta da sessão de 11 de novembro de 1889

Dada a palavra ao socio sr. Joaquim Machado, começou este dizendo que lhe competia aproveitar a presente occasião, que era a primeira oportunidade que se lhe offercia, para agradecer á direcção da Sociedade o ter-lhe feito a honra de o nomear para o representar n'alguns dos congressos que se reuniram em Paris, durante a ultima exposição internacional.

Não pudera desempenhar-se de tão agradável quanto honrosa commissão, nem mostrar os desejos que tinha de corresponder á amabilidade dos cavalheiros que se haviam lembrado do seu humilde nome. Os motivos foram, em primeiro logar a doença grave d'uma pessoa de sua familia; depois a causa, bastante justificativa, que os illustres presidente e secretario perpetuo da Sociedade, perfeitamente conheciam, e que lhe parecia desnecessario referir á assembleia.

Sabia que o unico modo de agradecer distincções de tal ordem, estaria no cumprimento da incumbencia para que fôra nomeado, mostrando praticamente que fizera esforços para bem corresponder á demonstração de confiança que recebera dos seus collegas.

Na falta d'essa prova, restava-lhe apenas o recurso de pedir á Sociedade que acceitasse a homenagem do seu profundo reconhecimento.

*

* *

Dada esta explicação, passaria a entrar no assumpto, para que principalmente tinha pedido a palavra.

Havia-se passado nos ultimos mezes acontecimentos tão importantes em relação aos territorios d'Africa, que delimitavam com a nossa provincia de Moçambique, que o sr. Machado entendia pertencer-lhe o dever, de dar d'elles conhecimento á Sociedade.

A assembleia sabia que, para oeste dos districtos de Sofala e Manica, ficava o paiz dos Matabelles, de que era actualmente chefe o regulo Lobengula.

Ha annos que alguns caçadores boers, começaram a frequentar aquella região africana. O caminho por elles aberto, foi modernamente seguido por viajantes e exploradores inglezes, experimentados na pesquisa de fileos auriferos, cuja existencia provavel se dedusía da descoberta dos jazigos de Tati, feita por Mauch em julho de 1867.

A febre do ouro e o bom preço que encontram na actualidade, em certos mercados, as concessões directamente obtidas dos potentados d'Africa, tentaram mais d'um individuo civilisado, a ir prestar homenagem ao afamado chefe Lobengula. Alguns d'estes arrojados viajantes especuladores, ali encontraram a morte; outros porém tiveram a fortuna d'obter do regulo dos Matabelles, em 1888, um contracto conferindo-lhes o direito exclusivo d'explorarem as minas d'aquelle paiz e territorios adjacentes, concessão de que tomaram immediatamente posse os mais ricos, afortunados e inteligentes organisadores das empresas mineiras que exploram a Africa do Sul.

O que ao Lobengula se deu ou se prometeu em troca de tal favor não foi, durante algum tempo, perfeitamente sabido do publico. Espalhou-se que a valiosa concessão relativa ao territorio dos Matabelles, havia sido comprada por uma certa somma de dinheiro, mas que ella ficava além d'isto dependente da entrega ao Lobengula d'uma importante quantidade d'armas e munições de guerra.

O boato que sobre este ultimo ponto circulou no Transvaal e na colonia do Cabo da Boa Esperança, não foi accreditado, julgando todos que elle não podia corresponder á verdade. Só muito recentemente, em agosto ultimo, é que, por uma discussão havida no parlamento do Cabo, foi revelado ao mundo o facto, a que a maioria da gente sensata e de boa fé, que toma interesse pelas questões africanas, até então recusava dar credito.

O sr. Merriman, membro da camara d'aquella colonia, e um dos chefes da opposição parlamentar, sabendo que os concessionarios das minas de Matabellelandia tinham enviado ao regulo Lobengula 1:000 armas Martini-Henry, com as competentes bayonetas, e 300:000 cartuchos, e que tal armamento transitára pelo territorio da colonia do Cabo, não obstante as leis especiaes que ali regulam a im-

portação d'estes objectos, interpellou o governo sobre o assumpto. A primeira resposta do presidente do conselho, sir Gordon Sprigg, ao deputado interpellante, indica claramente que o ministro não acreditava na existencia do facto indicado. Prometteu comtudo o chefe do governo tomar as necessarias informações para responder mais cabalmente em outra occasião.

No dia seguinte, o sr. Merriman voltando ao assumpto, o ministro declarou então á camara, lealmente, que o facto era verdadeiro, e referio minuciosamente como as cousas se tinham passado, vendo-se até obrigado a censurar um dos mais graduados funcionarios da colonia, que, sabedor de que tal armamento tinha sido despachado, não informara d'isso o governo.

A interessante discussão a que elle sr. Machado alludia, provava que, com effeito, de janeiro a março do anno corrente, 1:000 armas Martini-Henry e 300:000 cartuchos, haviam transitado pela colonia do Cabo, sendo despachadas e expedidas pelos agentes dos concessionarios das minas de Matabellandia, e que as autoridades da colonia só consentiram que taes objectos saíssem de Kimberley para transporem a fronteira, em presença d'uma requisição autorizada por sir Sidney Shippard, administrador da Betchuanaland britannica, *funcionario nomeado pelo governo da metropole, e só para com esse governo responsavel.*

Essa mesma discussão, as manifestações da imprensa periodica, e principalmente a defesa e pretendida justificação do acto que um ou outro correspondente fazia, nos jornaes de Cape Town e de Londres, provava mais que as referidas 1:000 espingardas Martini-Henry e os 300:000 cartuchos correspondentes, foram effectivamente enviados para o paiz dos Matabelles, e entregues ao Lobengula.

A existencia d'este facto achando-se plenamente demonstrada, julgava o orador que isto deveria interessar muito a Sociedade, attendendo ás consequencias funestas que d'elle devem resultar para uma importantissima região da provincia de Moçambique. Para mostrar á Assembleia todo o alcance d'esta questão, diria elle sr. Machado, algumas palavras que dessem ideia da historia, feitos e virtudes dos Matabelles.

O povo Matabelle, que todos os viajantes descrevem como sendo a tribu mais guerreira, barbara e sanguinaria das que demoram na Africa-sul-oriental, não é uriunda da região que actualmente occupa.

Pouco antes de 1836, Mozilikatze, grande guerreiro Zulo, subdito de Chaka, revoltando-se contra este regulo, transpoz os Drokensberg, acompanhado da gente sobre que exercia influencia e mando directo, indo fazer por conta propria, ás tribus pacificas e muito ricas em gados que habitavam as margens do Vaal, guerra d'exterminio. Encontrando aquella zona densamente povoada por bazutos, betchuanas, balakas, bapedis, mokotis e outras tribus agricolas e pastoris, os selvagens e aguerridos Zulos destruirão-nas, matando os homens, que facilmente venciam em combate, queimando-lhes em seguida as povoações, chacinando as mulheres e crianças, e apoderando-se dos gados.

Aniquiladas as povoações das margens du Vaal, cujos destroços ainda os primeiros emigrantes boers encontraram, Mozilikatze e os seus sectarios, foram estabelecer-se no terreno que hoje constitue o districto de Marico. Sendo ali visitados por um grupo de familias boers, capitaneado por Talijaard, massacraram cruelmente homens, mulheres e creanças, barbaridade esta commetida em 2 de setembro de 1836, mas vingada pouco depois, em principios de 1837, pela batalha de Moziga, em que um importante grupo de boers, commandados por Gert Maritz, derrotou, o, até então, invencivel Mozilikatze.

Em seguida a este combate, a tribu do terrivel guerreiro emigrou para o Norte, e transpondo o Limpopo, foi estabelecer-se no paiz em que ainda hoje está, e onde repetiu as brutalidades que dantes praticara nas planicies do Vaal.

Mozilikatze morreu em 1870, sendo succedido pelo actual regulo Lobengula, o qual, continuando as tradições da sua raça, tem preseguido os povos que lhe ficam visinhos, roubando-os, matando-os ou escravizando-os.

As maiores victimas teem sido os indigenas da Mashona, que demoram ao norte dos Matabelles e que estes teem repetidas vezes tentado conquistar e aniquilar, sem que até hoje o tenham completamente conseguido.

A barbaridade dos Matabelles foi recentemente posta em relevo por uma alta autoridade eclesiastica para todos insuspeita, o bispo de Bloemfontein.

Regressando em 1888 de uma viagem que empreendeu aquella paiz, o benemerito prelado, ainda sob a influencia da dessolação que tinha presenciado, proferio n'uma reunião publica em Vryburg, cidade da Bechuanaland britannica, as seguintes palavras que

o sr. Merriman citou em um dos seus discursos parlamentares : «Uma cousa que eu nunca faria era dar nma espingarda a Labengula, ainda que elle m'a pedisse. Preferiria sacrificar toda a minha expedição a dar armas de fogo a um Matabelle, porque é preciso que todos saibam que essas espingardas seriam empregadas no assassinio de gente inoffensiva e innocente. Seria isso um acto que o homem que o praticasse lamentaria amargamente n'este mundo e no outro. O acto do fornecimento de espingardas aos Motabelles é tão abominavel que não pode ser excedido em diabolica brutalidade.»

Esta opinião d'um veneravel e autorizado ecclesiastico, embora conhecida do publico, não teve contudo poder de sobrelevar aos interesses mercantis que estavam em jogo, e d'evitar que uma companhia ingleza possesse nas mãos d'um povo barbaro e selvagem, instrumentos que o habilitassem a destruir o seu similhante, com mais intencidade e facilidade do que até então tinha praticado. E todavia tal proceder encontrava indifferentes e até defensores, n'um paiz em que certas instituições e varios jornaes, acusavam frequente e vehemente Portugal, embora sem fundamento e sem factos, de maltratar e d'escravisar os pretos d'Africa!

Não seria rasoavel suppor, dadas as tradições de Lobengula, que este quizesse as 1.000 espingardas Martini Henry para as conservar encerradas nas caixas em que foram transportadas, ou simplesmente para as admirar como inoffensivos objectos d'arte.

Elle sr. Machado acha plausivel a supposição, que tem lido n'alguns jornaes ingleses, de que essas armas servirão aos Matabelles para terminarem a conquista dos Mashonas, que até hoje, só pelo emprego da azagaia, ainda não poderam completamente exterminar, nem de todo submeter ao dominio de Lobengula. E' de presumir que este queira justificar a sua assersão, já reproduzida pela diplomacia britannica, mas contestada por mais d'um viajante insuspeito: *que o territorio dos Mashonas forma inquestionavelmente parte do paiz governado por elle Lobengula.*

Sob tal aspecto a questão de que o orador se estava occupando devia interessar á Sociedade, e ao paiz que não podia deixar de se considerar com direitos á posse, pelo menos d'uma consideravel extensão d'aquelle territorio, circumstancia que o governo portugues acabava de confirmar por um acto official a que elle sr. Machado em breve se referiria.

Outra applicação que poderia dar-se a uma parte d'essas ar-

mas seria o transportal-as para o norte e vendel-as por alto preço aos arabes, traficantes d'escravos, que em virtude do bloqueio dos portos da costa e por estar prohibido o commercio de munições de guerra desde Inhambane inclusive, até Pemba, deveriam sentir enorme falta de taes generos. E que isto era perfeitamente facil de succeder, sabiam-n'o as pessoas que tivessem alguma experiencia d'aquellas regiões d'Africa e conhecessem a rapidez e a indiferença com que os pretos percorrem enormes distancias, para venderem os seus generos ou comprarem os objectos que ambicionam.

Appellava para o sr. presidente que deveria lembrar-se como, no tempo em que S. Ex.^a governou Moçambique, o despacho de polvora e armas crescia no Ibo, quando o livre trafico de taes mercadorias se prohibia em Quelimane, o que mostrava que, quando os povos do interior se não podem abastecer por um porto proximo, mandam adquirir os objectos de que precisam a outros mercados, embora distantes de muitos centos de kilometros.

Isto era perfeitamente sabido dos governos inglez e allemão, como se dedusia dos documentos publicados no livro branco distribuido este anno, respeitante ao bloqueio da costa oriental d'Africa.

Leria á assembleia alguns d'esses documentos :

«Mr. G. G. Petre, Ministro d'Inglaterra em Lisboa.»

«Ao sr. Henrique de Barros Gomes.»

«Traducção. — Legação Britannica, 16 de novembro de 1888.

«— Senhor Ministro. — Em vista da crescente hostilidade dos arabes traficantes d'escravos contra a suppressão d'este trafico e contra as relações commerciaes entre os indigenas africanos e os christãos, o governo de Sua Magestade accordou com o governo de Sua Magestade Imperial o Imperador da Allemanha, estabelecer com o consentimento de Sua Alteza o Sultão de Zanzibar, um bloqueio pare impedir a exportação d'escravos, e a importação de armas nas costas e dominios continentaes de Sua Alteza na Africa Oriental. Os dois governos entendem que esta medida será muito incompleta sem a cooperação de Portugal, e sem que a costa de Moçambique, ao sul dos estados do Sultão de Zanzibar, seja tambem declarado em estado de bloqueio, no que respeita á exportação d'escravos e importação d'armas, que são principalmente empregadas para aquelle fim.»

«Recebi por consequencia instrucções do sr. marquez de Salisbury para dar inteiro apoio ao pedido feito ao governo portuguez sobre este assumpto pelo ministro da Allemanha n'esta «côrte.»

Aparte da resposta do sr. Barros Gomes datada de 10 de novembro, a mr. G. G. Pitre que convem agora conhecer, é a seguinte :

.....
 «Convidado pelos dois governos a unir aos d'elles os seus esforços, cooperando na repressão do trafico e *impedindo a importação de armas*, Portugal annue em principio a que para esse fim «se prolongue o bloqueio a exercer na costa oriental de Africa, de «forma a que esse bloqueio ainda abranja uma parte da costa de «Moçambique».

.....
 Havia mais o decreto de 6 de dezembro de 1888 determinando o bloqueio e cujos primeiros 2 artigos passava a ler :

«Artigo 1.º E' prohibido provisoriamente a importação, exportação, reexportação e venda d'armas e de quaesquer munições «de guerra nos districtos de Cabo Delgado, Moçambique, Angoche, Quelimane, Sofala e Inhambane.»

«Art. 2.º As armas e munições de guerra, existentes em deposito nas alfandegas dos districtos referidos, poderão ser exportadas ou reexportadas para quaesquer partes com excepção dos «da costa oriental de Africa, nacionaes ou estrangeiros, situados «ao norte do de Lourenço Marques»

Estes documentos, na opinião d'elle sr. Machado, auctorisavam a protestar contra o facto do fornecimento de 1:000 armas e de 300:000 cartuchos ao regulo dos Matabelles, succedido no tempo em que o governo portuguez, a pedido dos governos inglez e allemão, bloqueava os seus portos da Africa Oriental; porque, se era facil ir abastecer os arabes do interior de Zanzibar e das margens do Nyassa com munições de guerra introduzidas por Sofala ou Inhambane, mais facil era que taes traficantes de escravos se fornecessem d'um grande deposito d'essas munições estabelecido no territorio dos Matabelles, cuja situação geographica demora ao norte do parallelo que passa pelo 1.º d'estes portos; *maxime* quando esse grande deposito se não achava guardado por agentes de



qualquer potencia civilisada e fôra entregue a um chefe indigena cupido, selvagem, irresponsavel e dado ás praticas do mais abominavel escravismo.

Se o fornecimento de armas ao Lobengula se tivesse feito sem a intervenção e conhecimento d'um funcionario inglez altamente collocado, haveria apenas o lamentar a falta de fiscalisação das auctoridades britannicas, e a cegueira e o egoismo d'uma desenfreada especulação mercantil.

Estando porém provado que sir Sidney Shippard, governador da Betchuanaland britannica interveio na importação d'esse armamento, o facto apresenta-se revestido de muito maior gravidade, causando incommoda impressão a quem lê os ataques violentos e injustissimos que de ha annos e quasi diariamente a imprensa periodica inglesa estava dirigindo contra Portugal.

Elle orador julgava que as succintas considerações que acaba-vade faser serviam de bastante justificação á proposta que ia mandar ara para a mesa e que era do theor seguinte :

Proponho :

1.º Que a Sociedade de Geographia de Lisboa proteste contra o facto de terem sido fornecidas a Lobengula, regulo dos Matabelles, 1:000 armas Martini Henry e 300:000 cartuchos, com a connivencia da auctoridade superior de Bechuanaland, dentro do periodo em que vigorava, entre os governos portuguez, inglez e allemão um accordo sobre a prohibição da introducção d'armas na Africa Oriental.

2.º Que a mesma Sociedade solicite do governo o seu auxilio e protecção a favor dos desgraçados indigenas da Mashona, de modo a livrar esta tribu pacifica e industriosa de ser dizimada, roubada e escravizada pelas hordas guerreiras e selvagens do Lobengula.

Sala das sessões, em 11 de novembro de 1889 — *J. Machado.*

*

* *

Passando a outro assumpto, o orador lembrou o que havia exposto á Sociedade na sessão de 1 d'abril ultimo, sobre o que já então era conhecido a respeito dos projectos inglezes relativos á exploração dos territorios situados para o norte do Transvaal.

As concessões mineiras feitas por Lobengula a um viajante

inglez, sendo transferidas para o poder d'homens muito ricos e emprendedores, que suspeitavam o valor do paiz dos Matabelles e regiões adjacentes, pensaram estes na formação d'uma grande companhia, que, subordinada ao governo da Inglaterra e por elle apoiada, explorasse e governasse a maior extensão possível do territorio que demora ao norte do Limpopo, desenvolvendo n'elle a influencia e os interesses britannicos. Haverá proxivamente 6 mezas que tal ideia começou a ser discutida pelos mais importantes jornaes de Londres, que a applaudiram com enthusiasmo, fazendo a ella repetidas referencias e appellidando-a de *Projecto Colossal*.

Naturalmente o nosso governo estava ao corrente das phases porque passava este plano, das probabilidades que havia a favor da sua realisação e de como os seus propugnadores mostravam intento d'estenderem a esphera d'acção da companhia a terrenos, a que desde muito Portugal tinha direitos de soberania. Foram de certo essas informações que determinaram a apresentação nas duas casas do parlamento, em os ultimos dias da sessão passada, de moções tendentes a incitarem o governo a empregar todos os esforços para conservar inteiro o nosso dominio colonial, moções que foram votadas por unanimidade em ambas as camaras.

Taes votações não poderam comtudo influir na marcha dos negocios relativos á formação da companhia, e a constituição d'esta era hoje um facto consumado. Tomara o titulo de *British South Africa Company*, e a ella conferio a Soberana d'Inglaterra, em 29 d'outubro ultimo, por uma *Royal Charter*, poderes tão vastos e acção tão ampla, que deve ter-se como certo, que um novo Estado, tão independente como o que ha annos se formou nas margens do Zaire, mas mais importante e mais efficaçmente apoiado do que elle, vae nascer entre o Limpapo e o Zambeze.

Não podendo ler o decreto da concessão a que se referia e que tinha presente, por ser um documento muito longo, o sr. Machado daria comtudo á assembleia ideia succinta d'elle.

A Carta Real de 29 d'outubro confere á empreza intitulada *Companhia Britannica Sul Africana* o direito de governar o paiz entregue á sua esphera d'acção; de n'elle manter força de policia; d'usar uma bandeira especial; d'aforar ou vender terrenos; de nomear empregados e estabelecer tribunaes de justiça; de construir ou conceder caminhos de ferro, telegraphos e outras obras publicas; de contrair emprestimos e crear instituições bancarias; de promover a emigração, etc.

O capital inicial da empresa é de 4:500 contos de réis, podendo ser augmentado quando pareça conveniente.

No fim de 25 annos, e depois em cada periodo de 10 annos, o governo inglez terá o direito de amplexar, restringir, modificar ou alterar, as concessões e direitos agora conferidos.

A concessão foi feita aos seguintes individuos: Duque d'Abercorn, Duque de Fife, Lord Gifford, Cecil John Rhodes, Alfred Beit, Albert Henry George Grey e George Cawston.

A nomeação dos directores da companhia fica dependente da approvação do governo.

Serão directores vitalicios o Duque de Fife, o Duque d'Abercorn e George Grey.

Nas considerações preambulares da Carta havia phrases que convinha conhecer e que muito deviam interessar ao nosso paiz. Citaria as seguintes:

.....

«Attendendo a que a existencia d'uma pederosa companhia «britannica, fiscalizada por alguns dos nossos subditos em quem «depositamos confiança, tendo o seu *principal campo d'acção e de «operações na região sul-africana situada ao norte da Bechnana- «land e a oeste da Africa oriental portugueza*, será vantajosa ao «commercio e outros interesses dos nossos subditos do Reino Unido «e das nossas colonias;

«Attendendo a que os supplicantes desejam utilizar diferentes concessões e convenções feitas por alguns dos chefes e tribus habitantes da mencionada região, e ainda outras concessões, convenções, garantias e *tratados que os supplicantes possam de futuro «obter dentro da indicada região ou em qualquer outra parte da «Africa*, com o intuito de promover negocio, commercio, civilisação e bom governo (incluindo a regulamentação do trafico de bebidas espirituosas entre os indigenas) nos territorios que estão «ou possam ser comprehendidos ou referidos em taes concessões, «convenções, garantias e tratados como acima referidos.....»

A conclusão a tirar d'este preambulo, é que a companhia está auctorizada a apoderar-se dos terrenos que lhe convenham, desde que possa justificar essa appropriação com qualquer titulo que satisfaça a opinião publica ingleza, já preparada e bem disposta para ser ata l respeito extremamente benevola.

O mesmo se deduzia da redacção d'alguns dos artigos da Carta. Assim o seu art. 1.º diz o seguinte:

«*O principal campo d'operações da Companhia Britannica «Sul Africana, será a região da Africa austral situada immediatamente para o norte da Bechuanaland britannica, para o norte e «oeste da Republica Sul Africana (Transvaal) e para oeste dos «domínios portuguezes.»*

Os limites d'estes dominios não eram porém indicados em parte alguma do *Royal Charter*. E tal omissão, combinada com a latitude das faculdades concedidas á empresa, com o que já é conhecido sobre os projectos e objectivos d'esta, com a ausencia de indicações materiaes da soberania portugueza e falta de occupação effectiva por nossa parte dos territorios internados da provincia de Moçambique, deve levar-nos a reconhecer e a confessar, que Portugal está em eminente risco de perder as mais valiosas regiões do interior d'aquella sua possessão ultramarina. As intenções da companhia e as manifestações da numerosa cohorte de jornalistas que a deffendem, revelam clarissimamente que, quando muito, nos deixarão uma estreita faixa literal, aonde, em virtude da insalubridade do clima, o europeu difficilmente podia viver.

E era curioso examinar como de mez para mez cresciam as ambições inglezas e augmentavam os planos de espoliação de territorios, em detrimento de Portugal.

Em um mappa muito recente publicado no Livro Azul para illucidar um relatorio de sir Hercules Robinson, governador da colonia do Cabo e alto commissario na Africa do Sul, a linha que separa do territorio portuguez o paiz que deveria ficar pertencendo á influencia ingleza já se approximava bastante do litoral. No entanto essa linha inflectia para N. N. O. proximo ao paralelo 18º, e ia tocar o Zambeze um pouco a oeste da villa do Zumbo.

Limites identicos mostrava tambem o mappa que acompanhava um artigo publicado pela *Fortnightly Review* de março ultimo, firmado por F. I. Ricarde-Seaver e Sir Charles Metcalfe.

Pois até isto era hoje reputado demais, em relação aos nossos direitos, e um mappa modernissimo publicado por George Cawston, membro do feliz syndicato que obteve a concessão de 29 de outubro, reduzia a proporções ainda mais insignificantes a area destinada ao dominio portuguez, fazendo passar a linha de limites junto a Tete e deixando-nos uma estreita faixa littoral que mede no paralelo de Sofala apenas a largura de 80 milhas.

Os intentos e planos da nova Companhia britannica tinham pois o merecimento de ser claros, e indicavam-nos que era indispensavel preparar-nos para uma luta energica, se não quisessemos ser espoliados.

E as nossas apprehensões deviam augmentar quando meditássemos attentamente sobre as previsões que revellam o artigo 16 da Carta. Esse artigo dizia :

«*No caso da companhia vir a adquirir algum porto ou portos, offerecerá ella aos nossos navios, expontaneamente, todas as facilidades, sem exigir pagamento, salvo a despeza rasoavel que for devida por trabalhos feitos, serviços prestados e materiaes ou cousas fornecidas.*»

Dada porém a actual esphera d'acção da companhia, que porto ou portos poderia ella adquirir?

Era facil perceber que as entrelinhas d'aquelle artigo apontavam: ao sul, a bahia de Sardwana; ao centro, qualquer enseada ou porto nas immedições de Sofala que fosse encontrado desoccupado; e ao norte, a barra do Zambeze que parecesse mais facilmente accessivel.

O *Times*, de Londres, um dos jornaes que mais se tem esforçado em exaltar e apregoar as vantagens do *Projecto Colossal*, e que baptisou com a denominação, — aliás a muitos respeitois impropria — de *Zambezia Britannica*, o territorio adstricto á nova companhia, publicou em 15 de outubro uma noticia desenvolvida e minuciosa da concessão que deveria ser decretada em 29 do mesmo mez, fazendo commentarios, que bastante ajudavam a conhecer os intentos dos iniciadores da grande empresa.

Avaliava aquelle jornal em 360:000 a 400:000 milhas quadradadas a area sujeita á acção da companhia, que por consequencia ultrapassava, em mais de 3 vezes a superficie da Inglaterra continental, e em mais de $\frac{1}{3}$ a extensão do territorio da Allemanha. «O espaço é amplo, — dizia o mesmo jornal, — para que a esphera d'acção da companhia, assim como a influencia britannica se estendam, até em mais do que uma direcção. Ha terras a occupar e a aproveitar, que forçosamente teem de pertencer a quem tiver coragem para ir tomar posse d'ellas. Podemos ter a certeza que a este respeito a companhia não deixará que a erva lhe cresça debaixo dos pés. *Pode ter-se por garantido que qualquer sombra*

«de pretensão de Portugal sobre o territorio de Mashona, foi destruída, antes de ter sido resolvida a concessão da Carta Real, e que no futuro o nosso governo não mostrará a menor fraqueza pelo que respeita á fronteira.»

Acreditava-se facilmente que, com os meios que possuía e as protecções e influencias de que despunha, a companhia desenvolvesse grande actividade e tratasse de alargar, *em mais do que uma direcção* e principalmente no sentido de leste, a sua, aliás já extensissima, esphera d'actividade. O *Times* enganara-se porem, afirmando que qualquer pretensão de Portugal sobre o territorio de Mashona, fora destruída antes de ter sido resolvida a concessão da Carta Real. E a prova de que isto não era assim, estava no decreto de 7 do corrente, relativo á criação do districto do Zambo e nos limites por esse documento fixados a esta nova circumscripção administrativa.

O governo, com a publicação d'aquelle decreto, praticara um acto opportuno e digno de merecer a approvação geral do paiz.

Era comtudo forçoso reconhecer que, esse decreto, considerado como medida isolada, não constituía uma bastante solução para as difficuldades presentes, nem garantia que o novo Estado da Zambezia Britannica, não viesse a apoderar-se dos melhores terrenos da provincia de Moçambique.

Elle orador julgava que, dada a situação actual, se tornava de toda a conveniencia pôr com a maxima franqueza deante do paiz, os problemas graves que se referem ás questões d'aquella provincia ultramarina.

Devia reconhecer-se que Portugal, possuindo ha mais de 3 seculos aquelle vastissimo territorio, pouco n'elle tinha feito que evidenciasse a nossa occupação e acção civilisadora permanentes, em vasta extensão das regiões internadas do paiz.

Não ha duvida que os nossos antepassados foram os priméiros europeus que visitaram e devassaram os sertões do Zambeze e de Sofala, e que n'elles iniciaram a propaganda religiosa, o commercio e a exploração das minas, de que ainda hoje se encontram vestigios.

Esses vestigios reduziam-se porém, á tradicção indigena, pouco expansiva e nada espetaculosa, e ás ruinas de feitorias ou de fortalezas, onde, desde muito se não presenceava o borburiño da actividade mercantil, nem se ouvia o troar da artilheria.

Isto porém não era motivo bastante para que a Inglaterra ou

os especuladores britannicos, viessem arrancar-nos taes territorios, por quanto, se Portugal n'elles tinha feito pouco, era indubitavel que havia feito muito mais do que qualquer outra potencia europea.

Eram effectivamente poucos e de somenos importancia, em comparação ás grandes cidades que existiam nas colonias do sul, os pontos que occupavamos; mas tambem em Natal, no Transvaal e na Colonia do Cabo, não obstante a superioridade das condições climatericas de taes paizes, havia ainda grandes extensões territoriaes em que se não divisavam vestigios d'occupação civilisada.

Mas, os argumentos das nações fracas e pobres, não tinham o mesmo valor, que os empregados pelas grandes potencias. Se Portugal tivesse o poder militar d'uma grande nação, haveria de occupar e promover o desenvolvimento da provincia de Moçambique, quando bem quizesse, ou quando isso se tornasse mais consentaneo com as suas condições financeiras, economicas e sociaes, sem ter receio que estranhos se apoderassem de qualquer parte do seu territorio.

Era o que succedia aos territorios allemães da Africa, que, embora menos occupados do que os nossos, não excitavam a cubiça de nenhuma anexionista empresa ingleza. Com Portugal procedia-se de modo bem diverso; e assim como os antigos turcos impunham aos que divergiam da sua fé o *crê ou morre*, o moderno inglez dizia a Portugal: *ou occupa*, ou *cede para nosso beneficio* tudo quanto seja aproveitaval na provincia de Moçambique.

Brevemente os empregados e subditos da poderosa companhia britannica, bateriam o paiz em todas as direcções, começariam pesquisas e explorações mineiras, e se esforçariam por iniciar transacções commerciaes com os indigenas; e se encontrassem estes entregues a si e desprotegidos, os territorios desprovidos de autoridades portuguezas, e sem indicações bem visiveis da nossa actividade e soberania, apoderar-se-iam d'elles, não se importando com os limites, embora officialmente determinados, das regiões que o governo deseje conservar na posse do paiz.

Não era mais permittido ter illusões a tal respeito.

Nem os documentos historicos, nem as tradições gloriosas, nem a descripção de ruinas, nem os esforços da diplomacia, poderiam valer-nos no momento actual, quando desacompanhados d'uma acção rapida e energica, tendendo á occupação effectiva e ao aproveitamento dos territorios que ambicionemos conservar n'aquella parte da Africa.

E como a administração e a exploração das zonas internadas que mais despertavam as ambições estranhas, se não podiam fazer com vantagem sem a existencia de meios regulares de communição, que ainda não havia, era evidente a necessidade de prover de remedio e com urgencia a tal falta.

No mesmo sentido ia tambem a moderna empresa britannica começar as manifestações dos seus grandes recursos.

O telegrapho, cuja estação mais internada em ligação directa com a rede da colonia do Cabo, era Mafeking, seria brevemente prolongado até Shoshong, avançando assim a distancia de 400 kilometros.

A construcção do caminho de ferro entre Kimberley e Vryburg, n'uma distancia de, proxivamente 200 kilometros, foi já contratada, e vae principiar immediatamente.

A companhia projecta prolongar até ao Zambeze, tanto o telegrapho como o caminho de ferro, ramificando um e outro para os pontos principaes do paiz que pretende occupar.

Eram processos analogos que o governo portuguez tinha de empregar, se quizesse conservar para o paiz o territorio internado de Moçambique, porquanto só as linhas telegraphicas e os caminhos de ferro permittiram a exploração do commercio e das minas em taes regiões, tornariam relativamente facil a acção administrativa, e serviriam principalmente como prova indiscutivel de occupação.

Fez bem o governo em decretar a creação do districto do Zumbo, com os limites que lhe fixou, porque isso permittirá ás autoridades portuguezas irem occupar valiosos territorios, antes que a elles cheguem os empregados ou mandatarios da companhia inglesa; mas melhor procederá se fizer seguir tal medida d'outras que permittam a sustentação e a utilização d'esse acto.

Parecendo-lhe a occasião propria para que a Sociedade de Geographia coadjuve quanto possivel os poderes publicos, fornecendo-lhes indicações que os auxiliassem a resolver as difficuldades que n'este momento asoberbam a questão colonial, elle sr. Machado, tomava a liberdade de mandar para a mesa as propostas que passou a ler.

«Proponho que a Sociedade de Geographia represente ao governo pedindo:

1.º O estabelecimento de carreiras de navegação regulares, por meio de barcos apropriados, entre a barra principal de Zam-

beze e o começo das cachoeiras Quebra bassa, e entre o *terminus* d'estas cachoeiras e a villa do Zumbo.

2.^o A abertura de uma estrada, em condições de permittir transito facil, ao longo das referidas cachoeiras.

3.^o A construcção de linhas telegraphicas ligando Quelimane, Nyassa, Tete, Zumbo, Manica, Beira, Sofalla, Inhambane e Lourenço Marques.

4.^o Que se mande proceder aos estudos de duas linhas ferreas de penetração, uma de Inhambane á fronteira de Zoutpansberg (Transvaal), outra da Beira a um ponto convenientemente escolhido no alto Sanhati, e que se promova a formação de empresas nacionaes a que possam ser concedidas estas vias ferreas.

5.^o Que se cuide com o maior disvello de promover a emigração de gente portugueza para os logares já occupados da provincia de Moçambique, situados entre o Zambeze e Lourenço Marques.

6.^o Que se mande reconhecer logares no territorio de Mashona e no districto de Inhambane, proprios para a installação de colonias constituídas por europeus.

Sala das sessões em 11 de novembro de 1889.—*J. Machado.*

Diria algumas palavras em justificação d'esta proposta, que submettia á apreciação da Sociedade, e que se referia a assumptos pela maior parte vulgarizados e conhecidos, não só do governo mas por quem se dedicava ao estudo das questões relativas á provincia de Moçambique.

O estabelecimento de communicações regulares pelo Zambeze, medida desde muito reclamada pelos funcçnarios provinciaes e que o governo mais d'uma vez havia tentado iniciar, tornava-se agora verdadeiramente indispensavel e particularmente urgente, em virtude da creação do districto do Zumbo.

A villa d'este nome, que vae ser a séde do governo d'esse districto, dista do litoral proximamente 1.000 kilometros. Era facil prever as difficuldades com que teriam alli de lutar as auctoridades incumbidas de manter a ordem e de vigiar um territorio tão nternado, que a nova companhia inglesa pretende adquerir, não existindo um qualquer systema regular de communicações que permitta receber e transmittir noticias, substituir tão promptamente quanto possivel os funcçnarios doentes, prover ao abastecimento do necessario á vida, satisfazer emfim as multiplas exigencias particulares e officiaes.

Nas condições actuaes era tão moroso e bem mais incommodo fazer a viagem de Quelimane a Tete do que de Quelimane a Lisboa. De Tete ao Zumbo a distancia era proximamente a mesma que de Quelimane a Tete, mas os transportes entre aquelles dois pontos tornavam-se particularmente difficeis, em virtude da navegação do Zambeze ser interrompida pelas cachoeiras da Quebrabassa e ainda por algumas grandes pedras que havia n'aquella secção do rio.

Isto mostrava quanto se tornava necessario organizar methodicamente uma carreira de transportes, aproveitando-se as partes navegaveis da via fluvial, carreira que, se não podia ser rapida, nem por isso era impossivel tornar frequente e sobretudo regular.

A rede telegraphica que elle orador indicava, satisfaria a tres fins importantissimos. Um o pôr em comunicação rapida os pontos internados do paiz com os portos do litoral, bases naturaes do commercio, de abastecimento e de soccorro.

Outro o conseguir-se a comunicação telegraphica com a Europa, por intermedio da estação em Lourenço Marques, do cabo submarino, de todos os pontos importantes da provincia.

O terceiro constituir essa rede de telegraphos um meio, relativamente expedito, d'espalhar pelos territorios do interior signaes visiveis de posse e que pela sua grande utilidade se imporá ao reconhecimento de todos, nacionaes e estrangeiros.

Era extremamente imprudente crear centros administrativos d'acção official e complexa em logares internados do sertão, sem os ligar por meio de linhas telegraphicas com as bases naturaes d'abastecimento e de soccorro.

Ha annos que a necessidade e a conveniencia de tal melhora-mento estava plenamente reconhecida. A elle se referia um projecto de lei apresentado na camara dos senhores deputados na sessão de 1882, e que chegou a obter pareceres favoraveis e bem fundamentados das respectivas commissões do ultramar e d'obras publicas.

As razões jnstificativas que taes pareceres desenvolviam, tinham no momento actual uma oportunidade indiscutivel.

O caminho de ferro do Pungué (Beira) ao alto Sanhati é o que Paiva d'Andrada recommenda com enthusiasmo e em cujo futuro elle deposita tanta fé, que o considera a via de penetração mais importante de toda a Africa austral. A ella affluirá todo o movimento commercial do centro e norte do territorio Matabelle

e do paiz de Moshona. Tal linha impedirá, se não indifinidamente, pelo menos por muitos annos, a realisação do prolongamento até ao Zambeze d'uma das vias ferreas da colonia do Cabo, conforme se affirma que o pretende fazer a nova companhia britannica.

Uma linha de 500 a 600 kilometros, que é o que medirá a que partir do porto do Pungué para ir terminar no alto Sanhati, hade necessariamente competir com a que projecta a empresa inglesa e que terá, conjunctamente com a linha de Kimberley ao porto mais proximo da colonia do Cabo, desenvolvimento superior a 3.000 kilometros.

O caminho de ferro que elle orador tambem indicava, saindo do porto d'Inhambane e seguindo proximamente a direcção d'oeste, pode ter futuro tão brilhante como a linha de Lourenço Marques a Pretoria.

Elle valorisarà um dos mais bellos districtos da provincia de Moçambique, receberá o trafico da região norte do Transvaal, aonde uma importante zona mineira foi recentemente aberta ao publico, e auxiliará, ou melhor permittirá, a exploração das minas de Tati e das situadas na parte sul do territorio Matabelle.

Elle, sr. Machado, considerava absolutamente dependente da existencia de caminhos de ferro de penetração, o bom resultado de qualquer tentativa para o aproveitamento e exploração commercial e mineira das regiões internadas da provincia de Moçambique, e dos territorios que com ellas confinavam e se desenvolviam para oeste.

O que se continha nos artigos 5.^o e 6.^o da proposta que elle orador apresentara, quasi não carecia de razões jastificativas. Todos sabiam que a população portuguesa da provincia de Moçambique era deminutissima, que para ali não estava estabelecida a corrente d'emigração patria ou de qualquer outro paiz da Europa e que se não conheciam ainda os lugares mais proprios d'aquelle vastissimo territorio para constituirem centros de colonisação. Era evidente que a feição portuguesa que se tornava indispensavel dar á provincia, se não faria sem portugueses. O augmento ali do numero de compatriotas nossos consistia, na opinião d'alle orador, a mais inadiavel necessidade que havia a satisfaser. Não se deviam poupar esforços e sacrificios para tentar fixar familias portuguesas n'algumas das regiões que parecessem para este fim mais favoraveis; e se lugares havia aonde isto fosse possivel, deveriam elles

existir no interior d'Inhambane, longe dos valles dos grandes rios, e no plan'alto de Mashona, aonde as condições climatericas seriam provavelmente mais proprias para a adaptação da raça branca, em consequencia da consideravel altitude do terreno.

A grande companhia britannica só absorveria os territorios internados da provincia de Moçambique, se Portugal não quisesse lutar e trabalhar para os conservar e desenvolver.

Se porém o paiz e o governo tratarem a serio d'aproveitar aquella possessão; se os estrangeiros que por todos os lados se dirigirão, em breve, para os sertões, presencarem manifestações da nossa actividade e occupação; se elles poderem transmittir despachos pelos nossos telegraphos, viajarem em os nossos barcos e pelas nossas estradas e caminhos de ferro, encontrarem justiça e protecção em as nossas autoridades, então a companhia britannica, longe de ser um mal e um inimigo a combater, tornar-se-ha nossa alliada, e o nosso mais importante auxiliar, não obstante as grandes ambições e o desmedido egoismo que revela á nascença. O seu pessoal, as suas explorações mineiras, os seus empreendimentos commerciaes, as cidades e povoações que fundar, influirão poderosamente no progresso do nosso territorio, no desenvolvimento dos nossos portos, no trafico das nossas vias fluviaes, telegraphos e caminhos de ferro.

Longe portanto de nos produzir desanimos a formação da companhia britannica, deve ella excitar o nosso patriotismo, deve levar-nos a esclarecer o paiz e a coadjuvar o governo, para que todos juntemos as nossas forças no mesmo sentido, e pugnemos pelo aproveitamento e occupação d'uma bella provincia, que, se até hoje nos tem apenas servido para n'ella sacrificarmos muitas vidas, e gastarmos grandes sommas de dinheiro, póde tornar-se em breve, campo importantissimo d'actividade, tanto em virtude dos seus proprios recursos, como pelo que lhe fornecera o desenvolvimento das regiões visinhas, entregues á poderosa iniciativa da *British South Africa Company*.

N'este sentido pensava elle orador, que a Sociedade de Geographia, se quizesse occupar-se mais particularmente do estudo das questões relativas á nossa Africa Oriental, com a dedicação pela causa publica de que tem dado tantas provas, e com a competencia especial que possuem muitos dos seus membros, prestaria ao paiz mais um assinalado serviço.

*

* *

Desejava ainda elle sr. Machado, dar á assembleia algumas informações a respeito do que se estava passando no territorio dos Swasis ou Mussuate, com quem delimita em parte o nosso districto de Lourenço Marques, e cuja fronteira de Leste dista pouquissimo da capital d'este districto.

O telegrapho annunciara ha dias a morte de Umbandene, regulo dos Swasis, e tal facto, hoje confirmado sem a menor sombra de duvida, ia necessariamente dar logar n'aquelle paiz a acontecimentos que muito nos deviam interessar.

O Mussute era uma tribu de raça Zula, mas que vivia desde bastantes annos independente, não pagando tributo ao povo seu visinho e irmão mais velho, nem mesmo no tempo em que o celebre Cetshwayo esteve no auge do poder e força.

N'outras epochas dominados pelo espirito altamente guerreiro e conquistador que caracterisou os seus ascendentes, e de que deram ainda brilhantes provas na campanha de 1879 contra Sicocone, a que foram convidados como auxiliares das forças inglesas, os Swasis viveram até ha pouco em absoluta tranquillidade, ricos e felizes, passando o tempo em exercicios e danças guerreiras que contribuiam para conservarem a agilidade e o vigor physico, e empregando-se na apascentação de gados de que possuiam consideravel abundancia.

Pela memoravel proclamação, feita em 1868 pelo presidente Preterius, foi a Swasilandia annexada ao Transvaal, e o mesmo teria succedido a uma parte do districto de Lourenço Marques, se o governo portuguez não tivesse immediatamente protestado, e encetado as negociações que conduziram ao tratado de 29 de julho de 1869. Todavia os Swasis continuaram disfrutando absoluta liberdade, e só recentemente é que o seu paiz começou a ser mais frequentemente visitado por alguns representantes da raça branca.

Foram primeiro os boers, levados, uns pela sua indole errante e amor da caça, outros pela necessidade de abandonarem nos invernos as planicies do Hoog Veldt, em taes epochas absolutamente desprovidas d'hervagens e de procurarem nas terras baixas, humidas e de vegetação permanente, a alimentação para os seus rebanhos e manadas. Nenhum d'elles se havia porém fixado no paiz, nem incommodado ou preturbado o povo Swasi até 1880, o que

serviu para justificar a exigencia do governo inglez com relação á independencia d'aquelle territorio, imposta ao Transvaal pela convenção de Pretoria de 1881 e mantida na modificação áquelle tratado, celebrada em Londres em 27 de fevereiro de 1884.

Á medida porém, que o Transvaal foi sendo mais occupado, foi tambem, crescendo de anno para anno, o numero de visitantes boers ao territorio Swasi durante os mezes da estação fria e secca, os quaes, porém, retiravam, em seguida ás primeiras chuvas, ou quando as pastagens renasciam nos seus *plaats*.

Os boers começaram por dar a Umbandene, em cada anno, alguns bois e cavallos, como signal de agradecimento pela permissão que tinham de se utilisarem das pastagens. Depois fizeram com o mesmo Umbandene contractos verbaes, que lhes conferiu o direito de apascentarem todos os annos os seus rebanhos e manadas em terras do Mussuate, e dentro de zonas fixadas e delimitadas com tal ou qual precisão, que por consequencia ficavam vedadas, para o mesmo effeito, a gados de outrem.

Aos boers seguiram-se os inglezes; e alguns gostando do paiz n'elle se installaram, vivendo da caça, do pequeno commercio que introduziram, e dos transportes que iniciaram empregando os grandes wagons em uso nas colonias do sul.

Em 1882 foi descoberto no Mussuate o primeiro filão aurifero e pouco depois constituia-se, para o explorar, a companhia intitulada *The Forbes reef gold mining company*.

Elle sr. Machado visitara aquelle paiz pela primeira vez em 1884, percorrendo-o de leste a oeste em viagem de Lourenço Marques para o Transvaal. Já então lá havia alguns inglezes e outros brancos, mas muito modestamente estabelecidos, com pequenas e mal fornecidas casas de venda em que predominava a agua-ardente e a genebra.

No entretanto os indigenas conservaram ainda os seus habitos simples, vivendo felizes e perfeitamente inconscientes da transformação rapida que se ia dar nos seus habitos, e das complicações que iam perturbar a politica e a administração dos negocios da sua tribu.

Foi em 1886 que recrudescceu no Transvaal e em toda a Africa meridional o enthusiasmo pela pesquisa e exploração de minas d'ouro, despertado pelos resultados colhidos na região aurifera do Kaap, pelo desenvolvimento rapido de Barberton e pelas fortunas realisadas em poucos dias por alguns especuladores habeis e arrojados.

A proximidade em que fica aquella zona mineira da fronteira do Mussuate, o facto de haver sido anteriormente descobertos n'este ultimo territorio bons especimens de quartzo aurifero e o desenvolvimento espantoso que tomavam os negocios de Barberton com a organisação de numerosas companhias, cujas acções subiam rapidamente de preço, incitaram um grande numero d'especuladores a invadirem o paiz Swasi, com o intuito d'obterem do respectivo regulo qualquer concessão. Durante mezes successivos Umbandene fôra constante e teimosamente perseguido por uma chusma d'avidos pretendentes que surgiam de todos os lados e perentenciam a todas as nacionalidades, sendo porém o maior numero de origem ingleza.

Todos iam munidos de dinheiro, d'armas de differentes sortes, de bebidas mais ou menos espirituosas, etc., para captarem em seu favor a influencia dos principaes indunas e pagarem o preço da concessão.

Em torno da povoação real fez-se um cerco apertado de baracas, de tendas, de wagons, de carros de todos os feitios. Cavalheiros e peões, apressurados, golopavam e corriam em differentes direcções para assistirem a conciliabulos secretos, visitarem os chefes mais preponderantes, distribuirem os cobertores, as lençarias e os licores aos que lhes deviam advogar as pretensões e por ellas se empenharem calorosamente.

Aos pretendentes positivos foram juntar-se outros negativos. Eram os boers, dispostos a contrariar que Umbandene fizesse novas concessões e se deixasse influenciar por individuos estranhos aos seus interesses.

O regulo concedeu tudo que lhe pediram: as minas descobertas, e as que porventura existissem em toda a extensão do seu paiz, alongando mesmo a sua liberalidade até á falda oriental dos Libombos que pertencia a Portugal. Esgotado o manancial mineiro, real e hypothetico, concedeu mais os exclusivos: da construcção de caminhos de ferro; da construcção de telegraphos; do estabelecimento d'hoteis; do estabelecimento de casas do commercio; da fundação d'empresas industriaes; da cunhagem de moeda; do estabelecimento de bancos; emfim, de tudo que os pretendentes imaginaram servir para a especulação, embora só valorisavel para o tempo em que o paiz attingisse um alto estado de desenvolvimento e de civilisação.

Não seria com effeito facil tentar hoje qualquer empresa com

mercial. ou d'outra natureza no Mussuate, sem ir d'encontro a um direito já creado.

Hoteis, lojas e tavernas, foram estabelecidas em diferentes logares do paiz, e o dinheiro e presentes dos concessionarios, promovendo a alteração dos costumes dos indigenas, transformaram rapidamente a sobriedade e a honradez de muitos homens e a virtude, até então incorruptivel, d'algumas mulheres.

Terminada a febre das concessões, por mais nada haver que conceder, começou a lucta e a intriga entre os brancos.

Os boers protestavam contra as concessões de minas, allegando que Umbandene as não podia fazer, por lhes ter anteriormente dado a elles os terrenos.

O regulo respondia, que apenas havia dado licença para a apascentação de gados, sem que por isso alheasse, nem a propriedade do solo nem as riquezas mineraes.

As reclamações e disputas continuaram, dando logar á formação de partidos, estando d'um lado os boers, e do outro os inglezes, tentando cada um adquirir para o seu lado as sympathias do regulo e o auxilio dos indunas.

Como as difficuldades augmentassem, e Umbandene se não sentisse com forças para decidir tanta contenda, acceitou os offercimentos do sr. Shepstone, filho do muito conhecido sir Theophilus Shepstone, de Natal, e nomeou-o seu conselheiro, encarregando-o de dirigir os negocios que se referiam ás questões dos concessionarios e os assumptos de character internacional.

Esse acto, em virtude do nome e tradições de familia do agraciado, foi agradavel á grande maioria dos indigenas, mas mal recebido pelos boers e por quasi todos os concessionarios.

O sr. Shepstone adquiriu em pouco tempo a influencia e a importancia d'um poderoso primeiro ministro, e d'elle ficara principalmente dependente, a solução dos mais importantes negocios da Swasilandia.

Foi tambem constituida uma commissão, eleita pelos concessionarios, para ser consultada e tomar resoluções ácerca dos assumptos exclusivamente respeitantes aos interesses dos brancos.

Estavam as coisas n'este pé, quando elle orador fôra pelo governo mandado ao Mussuate, em outubro de 1887, afim de tratar com Umbandene da delimitação da fronteira entre as suas terras e as do districto de Lourenço Marques.

Conferenciara primeiro com o sr. Shepstone, e fôra depois

recebido pelo regulo no seu grande curral de Embekelweni, assistindo ao conselho que então teve logar, os principaes indunas, o referido Shepstone e a commissão dos concessionarios.

Umbandene era o preto de presença mais solemne, magestosa, sympathica e intelligente que elle sr. Machado tinha jámais visto.

Discutiu com muita dignidade e fleugma, a difficil questão que havia a tratar, revelando, bem como os indunas que tomaram a palavra, muita prespicacia e pratica de advocacia, o que se evidenciava pela gradação dos argumentos, que variavam desde a rasão do direito, appoiada nos factos positivos e incontestaveis, até á lisonja e á sentimentalidade, e pela apropriada alteração da voz e da expressão do gesto.

Os mais graduados indunas que assistiram áquelle memoravel *meeting*, foram pouco depois assassinados por ordem do Umbandene, em virtude das intrigas politicas que sobrevieram, e que cada vez mais se teem desenvolvido em crescente complicação, promovidas e incitadas pelos brancos que residem no paiz, e pelos impacientes de valorisarem as suas concessões.

Uns conspiravam pela annexação ao Transvaal, outros pugnavam pelo protectorado ou mesmo pelo dominio britannico.

O sr. Shepstone fôra deposto do logar emminente que occupava.

Os governos de Pretoria e Inglez, mandaram ali como emissarios, o primeiro, os commandantes Ferreira e Smit, e o seu Secretario d'Estado; o segundo, o coronel Martin; que retiraram sem coisa alguma terem resolvido ou melhorado.

Umbandene recorre directamente ao governo britannico, enviando a Londres mr. Thorburn, negociante e concessionario da sua maior confiança, o qual, poucos dias depois de chegar ao seu destino, recebe a noticia da morte do regulo.

Antes d'este ultimo facto ser do dominio publico, fora nomeado o coronel sir Francis de Winton para ir ao Swasiland estudar as questões d'aquelle territorio e propor o modo de o governar convenientemente.

O coronel de Winton havia já chegado á cidade do Cabo de onde partiria para Pretoria para conferenciar com o presidente Kruger.

A imprensa inglesa estava porém discutindo vivamente a missão d'aquelle distincto official.

Espalhou-se a noticia de que sir Francis levava instrucções para promover a annexação da Swasilandia ao Transvaal, no caso que isso agradasse á maioria dos habitantes. E o boato foi facilmente acreditado, não só por ser conhecida a reluctancia que o governo inglez desde muito apresenta, quando se trata de tomar as responsabilidades directas que sempre resultam da annexação de novos territorios, mas ainda por se pensar, que o facilitar por aquelle lado o engrandecimento do Transvaal, poderia servir para impedir que este levantasse difficuldades ao desenvolvimento da influencia britannica ao Norte do Limpopo, e por ventura consentisse em dar á numerosa população mineira que trabalha no paiz as franquias politicas que ella ambiciona.

A opinião publica ingleza levantou-se ruidosamente contra taes projectos, manifestando-se contraria a que se conceda ao Transvaal novas ampliações de territorio, e pede que o paiz em questão seja annexado ao imperio britannico.

N'este sentido tem já representado grande numero de membros da Camara dos Communs, a camara de commercio de Londres, a sociedade protectora dos aberigenes, as corporações de Natal; todos os jornaes importantes discutem o assumpto e *meetings* tem sido convocados para o mesmo effeito.

Estava portanto aberta a campanha, repetindo-se as manifestações e os processos que precederam a annexação da Zulolandia.

Naturalmente o governo inglez, entendendo que é necessario ceder ás indicações da opinião publica, accrescentará os dominios de Sua Graciosa Magestade com uma nova provincia, se não de excepcional grandeza territorial, pelo menos possuindo magnificas condições naturaes e encerrando consideraveis riquezas minéreas.

Esta é a solução que elle sr. Machado julga virá a ter brevemente a agitada e ruidosa questão dos Swasis; embora lhe não repugne admittir que o governo inglez, attendendo a considerações d'elevado interesse, e comparando o que póde perder com o que tem a ganhar, adopte a solução que consiste em ceder aquelle territorio ao Transvaal.

D'um ou d'outro modo, o que nos importa principalmente, é saber que se vae constituir em breves dias, com elementos d'administração regular e civilisadora, uma nova colonia de população contigua a Lourenço Marques e em condições de tomar rapidamente grande importancia e desenvolvimento.

Uma das primeiras necessidades de tal paiz será meios de communição faceis e rapidos.

Na actualidade o movimento commercial fazia-se por Lourenço Marques, seguindo as mercadorias pelo rio Tembe até porto Henrique, aonde desembarcavam para serem depois transportadas por wagons. A estrada não era porém das melhores e seguia por terrenos aonde, na extensão de algumas dezenas de kilometros, se não encontrava agua.

Elle orador tinha satisfação em lembrar que fóra um dos primeiros que previram a importancia d'este caminho, e que pugnara e instara pelo reconhecimento do curso do Tembe e das suas condições de navegabilidade. Ainda na ultima vez que esteve em Lourenço Marques bastante se esforçara para melhorar aquella communição, escolhendo logar mais proprio para accesso á margem do Tembe, que encontrou e denominou porto Henrique, aonde se fizeram obras para facilitar as descargas, armazens para arrecadar as mercadorias, casas para abrigo do pessoal e uma albufeira em que se conserva agua potavel para os bais dos wagons.

Mudara tambem, em consideravel extensão, a directris da estrada e reparara o lanço d'ella que assenta na encosta dos Libombos.

Não obstante taes melhoramentos que bastante facilitaram o uso d'esta via de communição, é ella ainda muito incommoda, dispendiosa e imperfeita.

O desenvolvimento do Swasiland exigiria em breve a construcção d'um caminho de ferro, e elle orador julga que tal linha devia partir de Lourenço Marques e seguir o traçado que estudara em 1878.

Preciso era que o governo pensasse na execução d'esta via ferrea, para se evitar que tomasse mais vulto e foros de praticabilidade o projecto relativo ao porto e caminho de Sardwana bay, iniciado ha pouco pelo coronel Coope, e para cuja execução está já constituida uma companhia.

Na embocadura do rio Umkuse, situada 90 milhas, proxima-mente, para o Sul do porto de Lourenço Marques, fica a pequena bahia de Sardwana que não dá abrigo a navios, mas que parece offerecer algumas facilidades para a construcção de dokas.

Foi esta localidade primeiro visitada pela coronel Coope, e depois mais minuciosamente estudada pelo mesmo Coope e um grupo de exploradores.

Em seguida foi ali um navio de guerra inglez, cujo commandante parece ter dado opinião favoravel sobre a possibilidade de se utilisar tal bahia. Pelo menos, logo depois d'aquelle reconhecimento hydrographico, as terras dos chefes indigenas Umcamana e Sibonda, que se estendiam até á foz do Umkusi, foram annexadas á Inglaterra, não obstante taes chefes dependerem da rainha de Maputo.

Uma companhia constituira-se para abrir ali um porto, e fazer partir d'elle um caminho de ferro, que passando os Libombos na portella do Umgovuma, entre no territorio Swasi e de futuro continue para o interior do Transvaal, absorvendo grande parte do trafico que tende a affluir para Lourenço Marques.

Este projecto, que a um primeiro exame superficial parecia uma utopia irrealisavel, vae adquirindo de dia para dia mais foros de praticabilidade.

Constituido um governo regular no Swasi, que muito influirá para o desenvolvimento rapido d'aquelle paiz, um caminho de ferro que o ponha em communicacão com o litoral, tornava-se de absoluta necessidade. E se fôr protraida a construcção do que tenha por testa Lourenço Marques, será isso o mesmo que trabalhar activissimamente a favor do projecto Coope, que em futuro proximo pôde prejudicar muitissimo os interesses d'aquelle nosso porto.

Era certo que tal projecto estava ainda envolvido por grandes difficuldades, mas esses obstaculos não seriam invenciveis; os principaes desapareciam com a annexação de Mussuate á Inglaterra, e os restantes com os progressos inevitaveis da influencia britanica no Transvaal.

Tudo isto nos aconselhava a cuidar com minucioso e desvelado cuidado de firmar bem solidamente a nossa occupação em Lourenço Marques, e d'ali radicarmos e desenvolvermos interesses portuguezes, cada vez mais ameaçados pela enorme expansão do mercantilissimo estrangeiro, principalmente do de subditos inglezes, tanto em ralação aos territorios visinhos, como em o nosso proprio districto.

Ha muitos annos que elle sr. Machado chamava a attenção da Sociedade para esta questão, d'uma importancia verdadeiramente excepcional, e assim tencionava continuar a proceder, aproveitando todas as occasiões que se lhe offerecessem.

Parecia-lhe indispensavel que existisse n'aquella localidade uma comunidade portugueza, não só preponderante pelo numero d'in-

dividuos, mas ainda notavel pela sua actividade e pelo valor dos interesses materiaes que possuísse.

Uma colonia apenas composta d'empregados publicos, não poderia ali sustentar a soberania portuguesa.

O governo não pode ser negociante, agricultor, industrial, proprietario, e encarregar-se elle só de toda a labutação, que em qualquer outra terra civilisada pertence á iniciativa particular.

Os commerciantes e capitalistas portuguezes, continuavam a não quererem aproveitar-se das magnificas condições que se dão em Lourenço Marques, aonde ha bastantes coizas a emprehender, com a certeza de se auferirem vantajosos resultados financeiros.

Pois não haveria meio de obter que algumas das importantes casas commerciaes da metropole mandassem estabelecer succursaes em Lourenço Marques, e que capitalistas portuguezes ali adquerissem terrenos e construissem predios, com o que se satisfaria a uma das maiores necessidades locaes, e o que seria um excelente emprego de capital?

Elle orador estava persuadido que, se o governo quizesse influir para que estas questões tivessem uma solução pratica, ellas seriam facilmente resolvidas.

Lembrava tambem o sr. Machado, que o districto de Lourenço Marques possuia uma extensa rede de vias navegaveis, e que ás povoações indigenas que habitavam os valles dos rios, faltava ainda o poderoso incitamento da facilidade de communicações para progredirem, trabalharem e augmentarem as suas produções.

Tal falta não só impedia o desenvolvimento do commercio, mas concorria para difficultar a acção administrativa, e quasi obstava ás manifestações da nossa soberania nos logares affastados do districto.

Parecia-lhe de toda a conveniencia, que ao menos uma vez em cada periodo de 15 dias, embarcações a vapor apropriadas, e em condições de transportarem carga e passageiros, fossem á Inhaca, e percorressem os rios Tembe, Umbuluse, Matolla, Maputo, Incomoti e Inhampura, que todos são navegaveis em extensões mais ou menos consideraveis.

Só assim se poderá ir desenvolvendo a riqueza propria do districto, e ir alastrando pelo interior a acção administrativa e civilisadora do governo.

O Inhampura fôra por nós occupado em 1883, epocha em que ali se estabeleceu o energico e benemerito portuguez Deocleciano Fernandes das Neves. Morto este, retirou pouco depois a força que ali estacionava, voltando aquella importantissima região a ficar exclusivamente entregue aos indigenas, e o rio desguarnecido de qualquer indicação de posse por parte de Portugal, não obstante o que sobre tal assumpto expoz o sr. conselheiro A. de Castilho no seu excellento relatório ácerca d'alguns portos da provincia de Moçambique, datado de 1884.

Era urgente collocar representantes do governo, ao menos n'um logar bem escolhido das margens d'aquelle magestoso rio, para que, qualquer embarcação que por elle navegasse tivesse de saudar a bandeira portugueza; principalmente agora, que sabemos haver quem precise de portos e quem se julgue com direito d'entrar livremente, até por algumas barras em que desde tantos annos tem sido effectiva a soberania de Portugal.

Julgava elle orador, seguindo a opinião de muitos individuos competentes, que a organização administrativa em vigor na provincia de Moçambique, não correspondia ás exigencias actuaes do serviço, nem permittia as necessarias facilidades á resolução dos negocios publicos.

O centro administrativo d'aquelle paiz conservava-se na pequena, insignificante, esteril e insalubre ilha de Moçambique, em condições de, nem ser facil irradiar uma forte acção sobre o continente fronteiro, nem do Governador Geral da provincia poder estar perfeita e promptamente ao facto dos assumptos gravissimos que dizem respeito á parte meridional do paiz que administra.

Houve tempo em que effectivamente a ilha de Moçambique fôra o centro da actividade, dos negocios, e da administração de toda a provincia, funcionando a respeito d'ella como um interposto commercial.

Hoje porém, que os mais importantes portos são frequentados pelos paquetes, e que portanto o commercio a elles se dirige directamente sem necessidade de depositos intermediarios; hoje que as communicações mais rapidas com a Europa, se fazem pelo Cabo da Boa Esperança, e que é para todos evidente a importancia excepcional do porto de Lourenço Marques; hoje que o extremo sul da provincia, está contornado por paizes dotados de governos civilizados, activos, incitadores do progresso, e de toda a ordem de

melhoramentos materiaes e industriaes, e que a cidade principal d'aquella zona do nosso territorio, vae ser a testa d'uma extensa rede de caminhos de ferro e de telegraphos; hoje que se via distinctamente a rapidez com que tendê a desenvolver-se Lourenço Marques, os districtos do Zambeze e os situados ao sul d'este rio, em quanto que a ilha de Moçambique nem por si nem pelo territorio visinho revela condições do progresso; continuar a conservar n'esta ilha a capital da provincia, é não só inconveniente para a boa administracção, mas equivale a collocar o Governador Geral em um plano de segunda ordem, redusido apenas a confirmar as decisões que os governadores subalternos dos districtos do sul tiverem tomado sobre os assumptos do mais levantado interesse, ou então a viver com essas autoridades n'um permanente conflicto.

Por outro lado a divisão administrativa existente, é inconveniente na pratica, e as attribuições dos governadores dos districtos de tal modo acanhadas, que estes repetidas vezes se viam forçados a amplexar-as de sua propria auctoridade.

Os negocios districtaes dependiam todos das repartições da capital da provincia, mas entre os districtos não havia, em relação á generalidade dos serviços, nenhuma subordinação; d'onde resultava que, um assumpto pertencente ao Zumbo, por exemplo, e que poderia ser resolvida em Tete ou em Quelimane, tinha d'ir á capital da provincia para ali ser decidido, systema este enormemente moroso e dispendioso.

Parecia ao orador ter dito o bastante para justificação da 3.^a proposta que mandava para a mesa e que consistia no seguinte:

Proponho que a Sociedade de Geographia represente ao governo pedindo:

1.^o A reoccupação immediata de um logar bem escolhido nas margens do Inhampura.

2.^o Que se promova a formação de uma empresa para a navegação regular dos rios do districto de Lourenço Marques.

3.^o Que se promova a construcção do caminho de ferro de Lourenço Marques á fronteira do Mussuae, segundo o projecto estudado em 1878.

4.^o Que se ponham em pratica, urgentemente, os meios que permitam o rapido desenvolvimento em Lourenço Marques da população e dos interesses portuguezes.

5.º Que seja remodelada, em harmonia com as circumstancias e difficuldades actuaes e em condições de se poder dar prompta solução aos negocios publicos, a organização administrativa da provincia de Moçambique.

Sala das sessões, em 11 de novembro de 1889.—*J. Machado.*

Antes de terminar o orador pedia ao sr. presidente o favor de o informar se o governo tinha dado alguma resposta ás representações que a Sociedade lhe havia enviado ácerca dos nossos limites do lado do Maputo, e sobre a definição da fronteira com o Transvaal entre o Incomati e o Limpopo, questões estas que o sr. Machado havia tratado na sessão de 1 d'abril proximo pasado.

Sobre este ultimo ponto accrescentaria ao que então disse, que o governo do Transvaal abria ha pouco ao publico uma vasta zona aurifera no districto da Zoutpansberg, circumstancia que muito concorria para augmentar a urgencia de que fossem bem claramente marcados no terreno os nossos limites por aquelle lado.

N'uma carta que ha dias recebera de Pretoria, do sr. F. Jeppe, nosso distincto consocio e auctor do conhecido mappa do Transvaal, continha-se o seguinte periodo: «E' muito para desejar «que a fronteira entre o Transvaal e Portugal seja definida sem «demora. Os campos d'ouro do districto de Zoutpansberg vão-se «estendendo mais e mais para o lado do territorio portuguez, e «dentro em pouco levantar-se-hão disputas em relação á propriedade «d'alguns d'esses terrenos.»

Parecia pois que tal assumpto não devia continuar por mais tempo descurado, se o governo quizesse evitar conflictos, ou que o paiz não perdesse terras que podiam ter enorme valor.

Terminou agradecendo á assembléa a attenção com que o tinha ouvido, sendo calorosamente applaudido

Faint, illegible text at the top of the page, possibly a header or title.

Second line of faint, illegible text.

Third line of faint, illegible text.

Fourth line of faint, illegible text.

Fifth line of faint, illegible text.

Sixth line of faint, illegible text.

Seventh line of faint, illegible text.